

COMUNICAÇÃO E HANSENÍASE

Cláudio Moraes
Fotos: Pesquisador

Pesquisa analisa campanha de enfrentamento à hanseníase no Brasil

A comunicação governamental exerce um papel crucial na promoção de campanhas de saúde pública, especialmente no enfrentamento de doenças endêmicas como a hanseníase. A Campanha de Enfrentamento à Hanseníase de 2022, organizada pelo Ministério da Saúde do Brasil, teve como objetivo sensibilizar a população sobre a doença, incentivando o diagnóstico precoce e o tratamento. No entanto, a abordagem da campanha não considerou adequadamente as particularidades regionais, comprometendo sua eficácia, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde a prevalência da doença é mais elevada.

Essa é a constatação da pesquisa "Análise da comunicação na campanha de enfrentamento à hanseníase no Brasil em 2022", desenvolvida por Ramiro Costa Ribeiro em sua graduação no curso de

Relações Públicas (Universidade Federal do Maranhão/UFMA), com orientação da professora Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo e Melissa Moreira Rabêlo. O trabalho conquistou o segundo lugar no Congresso Cuidar de Todos, promovido pela Escola de Saúde Pública do Maranhão, no eixo Equidade e acolhimento em saúde.

O objetivo do trabalho foi analisar o discurso governamental presente nas peças publicitárias da Campanha de Enfrentamento à Hanseníase de 2022. A pesquisa utilizou a análise do discurso de Dominique Maingueneau como metodologia, tratando o discurso como uma atividade verbal contextualizada, regida por normas e construída por um sujeito. O corpus da pesquisa foi composto por materiais publicitários da campanha, como banners, e-mails marketing e cartazes, com o intuito de identificar os tipos de discurso (informativo, educativo e de orientação social) e suas características.

Os dados da pesquisa apontam que, entre 2016 e 2020, o Brasil registrou 155,3 mil novos casos da doença, com 55,5% no sexo masculino, e 19,9 mil com grau 2 de incapacidade. Desse total, 40,9% dos casos ocorreram em pessoas com ensino fundamental incompleto, com maior predominância na região Nordeste (11,1% de analfabetos).

"Percebe-se que o contexto da campanha foi a grave situação epidemiológica do Brasil, com o discurso se dividindo em informativo, educativo e de orientação social", apontou Ramirio. "A pesquisa destacou a necessidade de estratégias comunicativas ajustadas às especificidades regionais e a importância de políticas integradas de saúde para erradicação da doença, sublinhando ainda a relevância do direito à comunicação como parte do direito à saúde", concluiu.



Ramirio Costa Ribeiro

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde se graduou em Comunicação Social/Relações Públicas (UFMA). Licenciado em Letras (Faculdade Pitágoras) é membro do Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação e Saúde (UFMA/CNPq), atuando em pesquisas nas áreas de comunicação e saúde, comunicação pública, saúde coletiva e políticas públicas. É gerente de Planejamento na Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), com foco em planejamento estratégico e gestão da experiência do usuário no SUS. Cursa aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde (Icict/Fiocruz/RJ) e foi bolsista no projeto PROADI-SUS (Hospital Israelita Albert Einstein/SP).



Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo

Doutora em Comunicação Social (PUC/RS), com mestrado na mesma área (Universidade Metodista de São Paulo) e graduação em Comunicação Social/Relações Públicas pela UFMA, onde exerce a docência, sendo professora colaboradora do Mestrado Profissional em Comunicação. Vice-líder do grupo de pesquisa em Comunicação Organizacional e Mídia, é pesquisadora na área de Comunicação e Relações Públicas Governamental, Teorias da Opinião Pública, Prática da pesquisa em Relações Públicas e Planejamento e gestão de processos estratégicos de comunicação, com interesse em comunicação política, diálogo e participação cidadã; comunicação governamental e tecnologias da comunicação e da informação; inovações em relações públicas e em comunicação organizacional; comunicação e opinião pública.



Melissa Silva Moreira Rabêlo

Doutora e mestre em Políticas Públicas (UFMA) com doutorado-sanduiche na Syracuse University (NY/USA). Especialização em Comunicação Organizacional pela UFMA onde se graduou em Comunicação Social/Relações Públicas. É professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA e do seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação e Saúde (UFMA/CNPq), que congrega diversos projetos e pesquisadores de áreas afins. Desenvolve atualmente pesquisas e projetos nas áreas de Comunicação e Saúde, Comunicação Comunitária, Organizacional e Institucional.